



ESTADO DE SERGIPE
 PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe • Aracaju
 sábado • 28 de junho de 2014

A falta de quatro médicos no plantão do dia 25 de junho (quarta-feira) nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) Nestor Piva e Fernando Franco, um dia depois da festa de São João, fez aumentar consideravelmente o fluxo de pacientes no Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF) naquela data.

Tal situação chamou a atenção do Ministério Público Estadual (MPE), na pessoa do promotor de Justiça Fábio Viegas, que realizou na manhã de ontem, 27, uma audiência com a gestão municipal, estadual e a Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) para saber o que havia acontecido realmente e o que poderia ser feito para que aquilo não se repetisse.

“A falta dos médicos gerou um grande transtorno, porque, como já é de costume, após os festejos, há uma grande procura da população aos hospitais. Por causa da

falta médica, as Upas estavam fechadas, fazendo com que essas pessoas procurassem o HGJAF, que atendeu o que foi possível. Fui informado que foi um dia complicado e que inclusive havia mais de 100 pessoas esperando o atendimento do lado de fora”, salientou o promotor.

• **Tornar mínimo**

Durante a reunião no MPE, foram expostas várias ideias por parte dos participantes de como aquela situação poderia ser evitada. “Foram expostas diversas formas de minimizar esse tipo de problema, como, por exemplo, a divulgação da escala médica ao Ministério Público Estadual para que se saiba, inclusive, quais os profissionais que estarão na escala das Upas e a otimização do fluxo de pacientes, que estão muitas vezes internados nas UPAs, e que deveriam estar no HGJAF”,



LINDIVALDO RIBEIRO/CS

■ Durante a reunião no MPE, foram expostas várias ideias por parte dos participantes

disse Viegas.

Além disso, foi recomendado pelo MPE que, no caso de haver tal problema com as escalas médicas, que a Prefeitura entre em contato, de forma imediata, com o HGJAF para que este possa preparar toda sua estrutura de atendimento. “Foram diversas medidas em comum acordo entre o Estado de

Sergipe, a Fundação Hospitalar de Saúde e o Município de Aracaju. Não foi algo impositivo, mas sim consensual, mas a partir do momento que aquilo que é de consenso, não é cumprido. Aí sim irão vir as ações legais”, completou o promotor.

• **SMS**

De acordo com o secretário

municipal de Saúde de Aracaju, Alvimar Rodrigues de Moura, “estamos adotando uma série de medidas, visando minimizar o impacto de assistência aos pacientes que buscam o atendimento nas UPAs. A recomposição da escala médica é prioritária e precisa ser feita, mas o problema é muito maior, pois as UPAs e os médicos que lá atuam sofrem também a questão da superlotação, assim como o Hospital João Alves sofre”, explicou.

Alvimar Rodrigues destacou que, do total de pessoas atendidas nas UPAs, menos de 5% são de doentes críticos. “Além disso, o atendimento nas UPAs é afetado porque há dificuldade em encaminhar os pacientes ao HGJAF por conta de indisponibilidade de vagas. A reunião serviu para solucionar quais os pacientes merecem atendimento prioritário em cada rede

hospitalar, com o objetivo de resgatar um atendimento com padrão de qualidade à população”, disse.

O secretário destacou ainda que a Saúde de Aracaju tem contratos com os Hospitais Cirurgia, São José e Santa Izabel para disponibilizar leitos de retaguarda. “Tanto o município quanto o Estado têm que exercer seu poder de gestão destes leitos, no intuito de diminuir a lotação e consequentemente outros problemas sejam solucionados, pois o paciente não é estadual nem municipal. O importante é que ele seja atendido”, pontuou o secretário.

Na próxima quarta-feira, 2, às 9h, no Centro Administrativo da Prefeitura de Aracaju, será realizada nova reunião entre os gestores da saúde municipal e estadual para discutir sobre o Plano de Atendimento de Urgência e Emergência do Estado.